



EDIÇÃO 230 MARÇO 2021

DECISÃO

Pagamento
a direito de
aposentados
neste mês

PÁGINA 3

Consultoria
orienta
juízes sobre
Previdência

PÁGINA 6

Comunicação
trabalha
em prol da
Magistratura

PÁGINA 8



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Associações se unem contra a PEC Emergencial

VALORIZAR
8M
AS MAGISTRADAS



ARQUIVO PESSOAL

Juíza Cirlaine Maria Guimarães, diretora do foro de Mariana (dir.), com servidoras

Minas Gerais tem 106 juízas na direção de foros

Mesmo com grandes desafios pela frente, as mulheres têm ocupado cada vez mais espaço no Judiciário. Em Minas Gerais, das 296 comarcas instaladas, 106 contam com juízas exercendo a função de diretora de foro.

PÁGINAS 12 A 14

Impedir impactos negativos da PEC 186/2019. Essa foi a prioridade definida, no dia 24 de fevereiro, em reunião da AMB com representantes das Associações estaduais, da qual participou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz. A atuação junto aos parlamentares, no Congresso Nacional e nos Estados, foi a estratégia acertada para garantir a manutenção de direitos da Magistratura e autonomia dos Tribunais.

PÁGINA 5

SAÚDE!

EM 45 ANOS, AMAGIS SAÚDE TEM
TRAJETÓRIA DE INOVAÇÃO

PÁGINA 22

MAGISTRATURA REAGE A NOVO ATAQUE ÀS CARREIRAS DE ESTADO

POR ALBERTO DINIZ*

“A origem do problema está mais associada à incapacidade de enxergar soluções sobre questões conjunturais do que no aperfeiçoamento das carreiras”

O desafio na defesa dos magistrados e suas prerrogativas é, além de permanente, missão cercada de riscos e ameaças. Estamos sempre vigilantes porque os ataques são constantes. Como as carreiras de Estado, a Magistratura está sempre na mira daqueles que, sem senso histórico e sem compromisso com princípios constitucionais, querem subtrair conquistas e avanços que consideram como causa de problemas que afligem o País.

A origem do problema está mais associada à incapacidade de enxergar soluções sobre questões conjunturais do que no aperfeiçoamento das carreiras. Com certeza, nada se constrói só com cortes de direitos e de princípios consagrados como a autonomia dos poderes e dos estados e municípios.

O ataque agora vem da PEC Emergencial (nº186/2019), que institui medidas de ajuste fiscal caso as despesas superem 95% das receitas de estados e municípios. Prevê mudan-

ças no controle de gastos de pessoal e condiciona o Legislativo e Judiciário às mesmas limitações aplicadas no Executivo.

Mais um erro grosseiro de nivelar por baixo e impor medidas sobre um poder quando os problemas estão em outro. A tentativa acabou por unir a Magistratura a todo o Sistema de Justiça, desde as Associações nacional e estaduais de magistrados e as do Ministério Público aos Tribunais estaduais e até o Supremo Tribunal Federal.

Buscaremos suprimir os impactos negativos. Estamos mobilizados em assegurar que o funcionalismo público não será afetado e garantir nossas prerrogativas. Como no ano passado, rejeitamos todas as formas de enfraquecimento da classe.

No plano estadual, aplaudimos a decisão do TJMG em reconhecer o pagamento, a partir deste mês, de direitos de magistrados aposentados referentes à designação para atuação em plantão, turma recursal e direção do foro. A iniciativa valoriza a quem dedicou a maior parte de sua vida às causas do Judiciário e da Justiça.

Registramos nossa homenagem também às magistradas e sua crescente importância no aperfeiçoamento do Judiciário. Os desafios não são fáceis para quem, em tempos normais, já cumpria tripla jornada na dedicação ao trabalho, à família e a gestão da própria casa. A elas, nossas homenagens.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Aposentados começam a receber compensação **PÁG 03**
- Associação requer ao TJMG pagamento de férias-prêmio **PÁG 03**
- Amagis repudia e contesta julgamentos midiáticos **PÁG 04**
- Associações se mobilizam contra a PEC Emergencial **PÁG 05**
- Consultoria sobre Previdência atende a mais associados **PÁG 06**
- Relatório reafirma atuação da Amagis pela classe **PÁG 07**
- Comunicação da Amagis atua pela valorização da classe **PÁG 08**
- Acordo histórico entre Estado e Vale consolida os Cejuscs **PÁG 10**
- Entrevista: Gilson Lemes, presidente do TJMG **PÁG 11**
- Magistradas estão na direção de 106 foros de MG **PÁG 12**

- Mulheres, potencialidades e trabalho conjunto **PÁG 15**
- Entrevista: Juíza Beatriz Guimarães **PÁG 16**
- TJ e ACMinas estudam parcerias **PÁG 17**
- Craviola na versão rock **PÁG 19**

+SAÚDE!

- Check-up será autorizado fora do mês de aniversário **PÁG 21**
- Amagis Saúde lança Boletim Covid-19 **PÁG 24**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juíza Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juíza Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíza Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juíza Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Aposentados começam a receber compensação

Amagis fez gestões junto ao TJMG para efetivar o benefício

Os magistrados que se aposentaram nos últimos cinco anos, com saldo de dias provenientes de designação para atuação em plantão, turma recursal e direção do foro, começaram a receber o benefício neste mês.

O anúncio foi feito pelo presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, 15 dias após reunião com o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz. Na ocasião, o presidente da Amagis entregou ao presidente do Tribunal os requerimentos elaborados pela Amagis para garantir o benefício aos

aposentados. A cada mês, serão pagos 10 dias referentes ao saldo que cada magistrado tem direito, conforme a disponibilidade financeira e orçamentária do Tribunal.

Para o presidente Alberto Diniz, o pagamento é mais uma forma de reconhecimento a magistrados que dedicaram suas vidas à Justiça. Ele também ressaltou o empenho da diretoria do TJ, liderada pelo presidente Gilson Lemes, em garantir os direitos de juízes e juízas, desembargadores e desembargadoras, seja da ativa ou aposentados. “O di-

álogo e parceria com o Tribunal têm nos possibilitado obter conquistas para a classe”, afirmou.

Desde o dia 16 de dezembro, quando o Órgão Especial do TJMG aprovou o pagamento da compensação, em sessão da qual participou o presidente Alberto Diniz, a Amagis tomou uma série de providências. Entre elas, orientou os associados sobre o direito, levantou o saldo de dias a receber de cada aposentado, elaborou os requerimentos solicitando o benefício e fez gestões junto ao tribunal para que esse direito fosse efetivado. ●

Associação requer ao TJMG pagamento de férias-prêmio

Presidente Alberto Diniz formalizou solicitação ao Tribunal

Durante reunião realizada no dia 8 de fevereiro, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, entregou requerimento ao presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, solicitando o pagamento de férias-prêmios aos magistrados mineiros que têm esse direito.

Ao receber a solicitação, o presidente do Tribunal afirmou que irá estudar as possibilidades e o melhor momento para o pagamento ser feito. Serão observadas e respeitadas as regras orçamentárias e disponibilidade financeira do Tribunal.

O presidente Alberto Diniz disse estar confiante com a possibilidade de deferimento, pois a direção do TJMG e o presidente Gilson Lemes têm se mostrado

AMAGIS



Presidentes Gilson Lemes e Alberto Diniz reunidos no Tribunal de Justiça

dispostos a reconhecer os direitos da Magistratura mineira, como no pagamento de compensação aos aposentados [leia abaixo].

No documento, o presidente da Amagis ressaltou a previsão legal contida na Lei Complementar 59/2021, a redação dada pela Lei

146/2018, existência de previsão Constitucional e normativa, e a Resolução 133 do CNJ, que normatizam o pagamento do benefício. ●

Amagis repudia e contesta julgamentos midiáticos

Alberto Diniz defendeu o direito à presunção da inocência

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, contestou, por meio de nota divulgada em 11 de fevereiro, notícias divulgadas por parte da imprensa em ofensa à reputação de magistrados do TJMG.

No documento, Alberto Diniz esclareceu que as informações divulgadas são baseadas em notícias requeitadas e processos administrativos abertos no Conselho Nacional de Justiça [CNJ].

O presidente da Amagis também ponderou que qualquer cidadão pode ser investigado ou processado em função de reclamações, suspeitas ou denúncias, bem como tem direito à ampla defesa e à presunção da inocência.

“Em troca de manchetes sensacionalistas, ignoram o Estado de Direito e o respeito à honra e trajetória de profissionais que cumprem as Leis e a Carta Magna no exercício diário de fazer justiça”

**Desembargador Alberto Diniz
Presidente da Amagis**

“Tais direitos são garantidos pela Constituição Federal antes de quaisquer julgamentos, até mesmo os midiáticos, que, em troca de manchetes sensacionalistas, ignoram o Estado de Direito e o respeito à honra e trajetória de profissionais que cumprem as Leis e a Carta Magna no exercício diário de fazer justiça”, afirmou Alberto Diniz.

O Departamento Jurídico da Amagis foi colocado à disposição dos magistrados. Além da atuação no campo jurídico, a

Amagis defende reputação e o direito à presunção da inocência de magistrados

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) volta a contestar notícias divulgadas por parte da imprensa em explícita ofensa à reputação de magistrados dignos e operosos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

São divulgações baseadas em outras notícias requeitadas e até processos administrativos abertos para apurar possíveis irregularidades no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Quaisquer cidadãos podem ser investigados ou processados por conta de reclamações, suspeitas ou denúncias apresentadas. Da mesma forma, quaisquer cidadãos têm o direito à

Tais direitos são garantidos pela Constituição Federal antes de quaisquer julgamentos, até mesmo os midiáticos, que, em troca de manchetes sensacionalistas, ignoram o Estado de Direito e o respeito à honra e trajetória de profissionais que cumprem as Leis e a Carta Magna no exercício diário de fazer justiça.

O Departamento Jurídico da Amagis está à disposição dos magistrados para garantir-lhes o direito de defesa em quaisquer instâncias.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2021

**Desembargador Alberto Diniz
Presidente da Amagis**

Nota pública divulgada pelo presidente da Amagis

Associação conta com o trabalho de sua Assessoria de Comunicação para divulgar à imprensa os posicionamentos e esclarecimentos em defesa da classe, como nesse caso e em outros, quando se faz necessário informar corretamente à opinião pública e desfazer a sucessão de fake news que invade as redes sociais contra a atuação dedicada da Magistratura. ●

CURSOS OFERTADOS PELA ENM

● **Combate ao Crime Organizado: Inteligência, investigação e internacionalização***

Carga horária: 25h/a

Inscrições: até 19 março

Período: 18 a 22 de outubro

Local: Sevilha, Espanha

Investimento: 1.280 € [associados da AMB]

● **Introdução ao Direito e à Economia***

Carga horária: 40h/a

Inscrição: até 22 de março

Realização: 8 de abril a 27 de maio

Modalidade: EaD

Vagas: 40 vagas

● **Pacote anticrime e Lei de Abuso de Autoridade**

Carga horária: 20h/a

Inscrição: até 22 de março

Realização: 6 a 20 de abril

Modalidade: EaD

Vagas: 40 vagas

● **Liderança feminina na era global***

Carga horária: 25h/a

Inscrições: até 16 abril

Período: 22 a 26 novembro

Local: Roma – Itália

Investimento do curso: 750 € [associados da AMB]

*A AMB sorteará 3 bolsas dos cursos internacionais para seus associados.

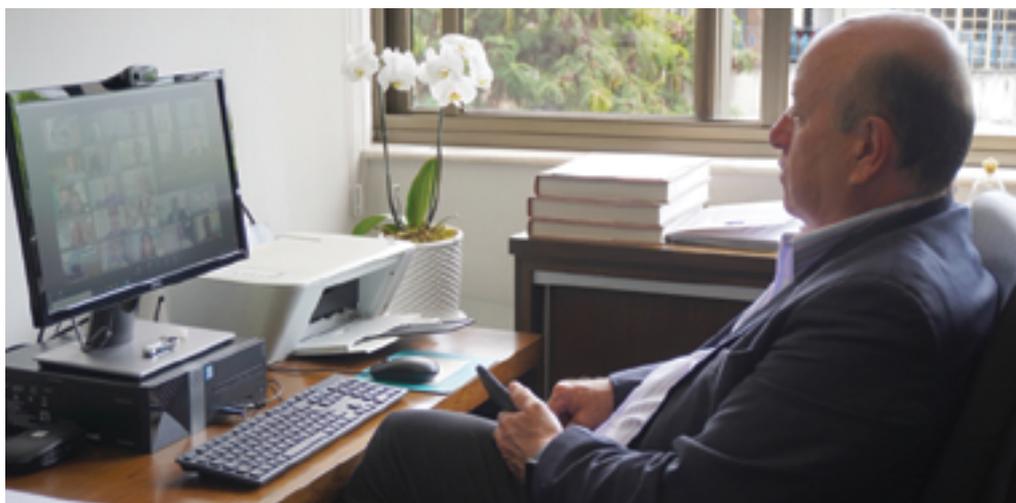
Associações se mobilizam contra a PEC Emergencial

Dirigentes debateram pautas e ações estratégicas da classe

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, nos dias 9 e 24 de fevereiro, respectivamente, das reuniões da Coordenadoria da Justiça Estadual e de presidentes de Associações, ambas da AMB, nas quais foram discutidas ações estratégicas na atuação legislativa em defesa da classe.

Os presidentes de Associações definiram como prioridade suprimir os impactos negativos que possam ser causados pela Proposta e Emenda Constitucional (PEC) 186/2019, que institui ajuste fiscal para a União, Estados e Municípios, caso as despesas superem 95% das receitas correntes, e cria mecanismo de controle com gastos de pessoal.

Para o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, trata-se de um erro grosseiro impor medidas sobre um poder quando os problemas estão



Presidente Alberto Diniz participa de reunião virtual da AMB com dirigentes associativos

em outro. “A origem do problema está mais associada à incapacidade de enxergar soluções sobre questões conjunturais do que no aperfeiçoamento das carreiras. Com certeza, nada se constrói só com cortes de direitos e de princípios consagrados como a autonomia dos poderes e dos estados e municípios”, afirmou.

Na avaliação da presidente da AMB, juíza Renta Gil, verbas indenizatórias já discutidas no Supremo Tribunal Federal (STF) precisam ser mantidas e as regulamentadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não podem ser alteradas. “É muito produtivo contar com o apoio dos presidentes das nossas Associações. O

trabalho dos colegas é essencial no diálogo com o Congresso Nacional”, disse.

Os dirigentes das Associações também discutiram a tramitação da PEC 63/2016, que trata do extrateto, e a PEC 63/2013, que institui parcela indenizatória de Valorização por Tempo de Magistratura e Ministério Público (VTM).●

Amagis e TJ dialogam com deputado

Interesses da Justiça foram discutidos com o parlamentar

Os presidentes da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, reuniram-se, no dia 9 de fevereiro, com o deputado federal Paulo Abi-Ackel.

Durante o encontro, realizado no gabinete da Presidência do Tribunal, os dirigentes conversaram com o parlamentar sobre assuntos relacionados à Justiça Es-

tadual. Tramitam no Congresso Nacional, em Brasília, uma série de projetos referentes ao Judiciário e de interesse da Magistratura.

O presidente da Amagis, que antes do encontro no TJMG havia participado da reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB, ressaltou a interlocução com os Três Poderes em favor de conquistas para a classe.●

MIRNA DE MOURA/TJMG



Paulo Abi-Ackel, Gilson Lemes e Alberto Diniz

Consultoria sobre Previdência atende a mais associados

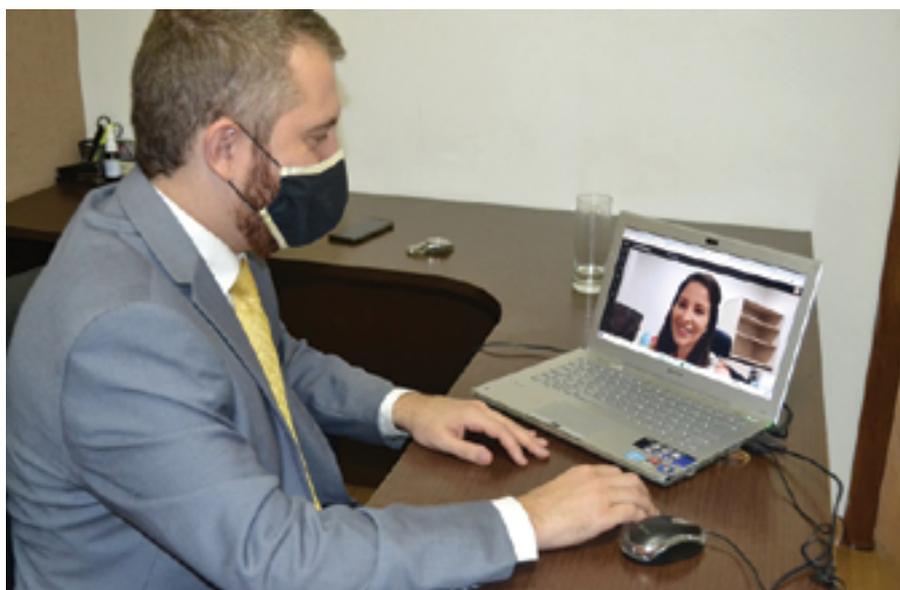
Amagis abriu novas consultas por solicitação de magistrados

Para atender aos associados que buscam orientações sobre a nova Previdência estadual, a Amagis, por meio do escritório de advocacia Brito Campos, promoveu, em fevereiro, mais uma série de atendimentos a magistrados que aguardavam pelo serviço em lista de espera.

De acordo com o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, com a alta procura por parte dos magistrados, a Diretoria da Associação avaliou que seria muito útil retomar as consultas. “A Amagis está atenta e trabalha para atender aos pleitos da classe, seja em questões como as consultorias sobre a previdência, na defesa das prerrogativas ou no cumprimento de sua missão institucional junto aos Três Poderes”, reafirmou ele.

Com a possibilidade do atendimento remoto, magistrados que atuam nas comarcas do interior têm usufruído da consultoria sem a necessidade de se deslocarem para Belo Horizonte. Entre eles, o juiz Alaor Alves de Melo Júnior, da Comarca de Uberlândia (Triângulo Mineiro). “A iniciativa da Amagis é muito positiva. A consultoria me orientou muito bem, principalmente levando em consideração as novas regras para a aposentadoria”, observou.

O juiz Marcos Antônio Ferreira, da Comarca de Montes Claros (Norte de Minas), também afirmou que a consultoria foi esclarecedora sobre as modi-



Magistrados têm optado pela consultoria por meio remoto

ficações ocorridas na Previdência estadual. “Esse atendimento oferecido pela Amagis é imprescindível para que direitos dos associados sejam assegurados”, afirmou.

Mesmo atuando na Comarca de Belo Horizonte, a juíza Patrícia Firmo optou pelo atendimento remoto. Segundo a magistrada, todas as suas dúvidas foram respondidas com clareza e objetividade. “A Amagis está de parabéns em proporcionar esse atendimento, esclarecendo e orientando muito bem os associados”, disse.

O juiz Pedro Cândido Fiúza Neto,

da Comarca de Belo Horizonte, também ressaltou a importância dos esclarecimentos feitos durante a consultoria. “Com as mudanças nas regras da Previdência, naturalmente surge uma ansiedade para o entendimento da matéria. Com essa orientação, a Amagis nos tranquiliza”, ponderou.

Os magistrados interessados em agendar consulta devem enviar e-mail para anderson@amagis.com.br. De acordo com a procura, a Diretoria da Amagis irá avaliar a possibilidade de novos atendimentos serem realizados. ●



“Contei com a assistência jurídica da Amagis para averbação de tempo de serviço de advocacia. É muito importante para o magistrado saber que os advogados da Associação que o representa conhecem de frente a legislação afeta à Magistratura e estão preparados para atuar com dedicação e competência”
Juíza Vânia Fernandes Soalheiro

Relatório reafirma atuação da Amagis pela classe

Trabalho social, na saúde e comunicação também são relatados

Postado no site da Amagis, o Relatório de Gestão anual demonstra como, em 2020, a Diretoria da Associação trabalhou em favor da classe. Foram vários os desafios, seja na defesa dos magistrados da ativa, aposentados ou pensionistas.

Na atuação por uma reforma da Previdência estadual menos danosa, a Amagis participou, em fevereiro, da criação do Fórum Mineiro das Carreiras Típicas de Estado (Fomcate). O Fórum fortaleceu as parcerias e diálogo com o Legislativo e o Executivo na defesa e apresentação de emendas de interesse da classe.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, debateu as propostas em uma série de reuniões com parlamentares, como os deputados estaduais Agostinho Patrus, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), João Magalhães, João Vítor Xavier, Inácio Franco, Antônio Arantes, Tadeu Martins, Cássio Soares, Gil Pereira e Celise Laviola. As discussões incluíram também o Executivo, como no encontro com o secretário de Governo de Minas Gerais, Igor Eto.

Atuante na ALMG, o presidente da Associação foi convidado para participar do Seminário Virtual sobre a reforma da Previdência, transmitido pela TV Assembleia. Alberto Diniz destacou os pontos mais críticos da reforma e defendeu as propostas da Magistratura e do Fomcate.

Além da atuação junto ao Legislativo e ao Executivo, a Amagis ofereceu aos seus associados consultoria jurídica com advogado especializado em direito previdenciário. De 2019 até o início de 2021 foram realizados atendimentos a 238 associados a magistrados, sejam presenciais ou por videoconferência.

NACIONAL

Em âmbito nacional, o presidente Alberto Diniz participou das reuniões da AMB, integrando a defesa dos interesses da Magistratura mineira aos de toda a classe. Em junho, o presidente da Associação participou do ato virtual em Defesa da Democracia e do Poder Judiciário, que contou com a participa-

WILLIAN DIAS/ALMG



Alberto Diniz defende direitos da classe em seminário na ALMG

ção de 200 entidades de todo o País. Na ocasião, foi entregue ao então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, um manifesto em defesa da autonomia do Judiciário, da separação entre os Poderes e repúdio a ameaças direcionadas ao STF.

A convite do presidente Alberto Diniz, a presidente da AMB, juíza Renata Gil, participou, em outubro, de reunião virtual com 504 magistrados mineiros de várias regiões de Minas Gerais. Renata Gil destacou a importância do diálogo aberto e franco entre Amagis e AMB.

INTERIOR

Com a necessidade do isolamento social, medida de enfrentamento à pandemia da Covid-19, a Amagis inovou e o presidente Alberto Diniz promoveu, de outubro a dezembro, reuniões virtuais com centenas de magistrados das 27 seccionais instaladas por toda Minas Gerais.

Atento ao que ocorre nas comarcas do interior, o presidente Alberto Diniz divulgou notas em favor de magistrados, seja para defender, esclarecer, contestar e repudiar informações desconstruídas, midiáticas ou tentativas de intimidações contra a classe. Foi assim em situações ocorridas nas

Comarcas de Frutal, Ribeirão das Neves, Itajubá, Montes Claros, Machado, Lavras, Pouso Alegre, Brazópolis, Sete Lagoas e Belo Horizonte entre outras.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Durante 2020, a Amagis promoveu e participou das reuniões da Coordenadoria de Aposentados e Pensionistas da AMB, com objetivo de fortalecer a integração da Magistratura mineira e melhor representar os interesses desse importante segmento da classe.

Por essa razão, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, o juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo, que representa a Associação na Coordenadoria de Aposentados da AMB, e a vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas da Amagis, juíza Marli Maria Braga Andrade, comemoraram a criação da Vice-presidência de Aposentados da AMB, em 11 de novembro de 2020.

Acesse o site amagis.com.br para ler o Relatório Anual de Gestão e saber com mais detalhes como a Associação trabalhou em defesa da Magistratura, do interior e da capital, reforçou sua atuação institucional e nas áreas de comunicação e cultura, promovendo ações sociais e voltadas para a saúde dos magistrados e seus familiares. ●

Comunicação da Amagis atua pela valorização da classe

Departamento aproxima Poder Judiciário e sociedade

Valorizar a atuação da Magistratura mineira e aproximar a sociedade do Judiciário. Essas são duas das missões do Departamento de Comunicação da Amagis, que produz, diariamente, conteúdos exclusivos para os magistrados, seja sobre o trabalho da Diretoria da Associação em prol da classe, divulgação de iniciativas inovadoras e cidadã de juízes e juízas, ou na publicação de informações relacionadas à Amagis Saúde.

Os dois principais meios de comunicação utilizada pelo departamento são o site amagis.com.br e o jornal DECISÃO. Os jornalistas do departamento, a todo o momento, atualizam o site com notícias da atuação da Diretoria da Amagis junto ao TJMG, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Governo de Minas, Congresso Nacional e AMB, entre outras instituições da sociedade civil.

No site, por meio do trabalho de apuração jornalística, logo nas primeiras horas do dia, é publicado o resumo de notícias do dia e uma série de matérias sobre o Judiciário, bem como do Legislativo e do Executivo que tenha relação com a Justiça.

Publicado mensalmente, o jornal DECISÃO traz um conteúdo de caráter analítico, no qual é consolidado de maneira aprofundada o trabalho da Amagis em defesa da classe. No periódico, também são divulgados artigos de opinião, entrevistas e matérias sobre iniciativas de juízes em suas comarcas. Essas notícias permitem aos magistrados conhecer melhor aqueles que compõem sua própria classe. O jornal, portanto, é um instrumento dedicado também à integração da Magistratura mineira.

JUDICIÁRIO E SOCIEDADE

Para ampliar a repercussão das informações produzidas e reforçar a aproximação entre Judiciário e sociedade, o Departamento de Comunicação também faz a gestão de conteúdo das mídias sociais da Amagis. Os programas de TV Pensamento Jurídico e Via Justiça são outros dois importantes canais de diálogo com a sociedade.

Na avaliação da juíza Bárbara Lí-



Jornais, revistas, notas e programas de TV são alguns produtos da Comunicação

vio, da Comarca de Teófilo Otoni (Vale do Mucuri), ao promover a aproximação entre Judiciário e sociedade o departamento de Comunicação colabora para a legitimação da função judicante. “Entre os formadores de opinião, existem poucos que conhecem a realidade do Poder Judiciário. Portanto, quando a Amagis, utilizando das ferramentas de comunicação, apresenta a nossa realidade, ela tor-

na o Judiciário mais transparente e mais acessível”, disse.

A magistrada também destacou o fato de, por meio da Comunicação, a Associação valorizar o trabalho de juízes e juízas ao apoiar, por exemplo, ações de combate à violência doméstica, como a campanha Sinal Vermelho. “Isso mostra a preocupação institucional com os magistrados que desempenham a função. A Associação



“Toda publicação cultural, por si só, une as pessoas como indivíduos em independência e liberdade. A revista Magiscultura, pela sua abrangência, não só propicia ao leitor uma autorreflexão, como possibilita ao colaborador o uso do seu conhecimento que ultrapassa o tema do Direito”

Des. Roberto Vasconcellos



“Entre os formadores de opinião, existem poucos que conhecem a realidade do Poder Judiciário. Portanto, quando a Amagis, utilizando das ferramentas de comunicação, apresenta a nossa realidade, ela torna o Judiciário mais transparente e mais acessível”

Juíza Bárbara Lívio



“O efeito da atuação da Amagis foi imediato e melhor do que o esperado. Acredito que essa interlocução é fundamental para nós, juízes, porque os fatos, como o acontecido em Sete Lagoas, podem gerar grande indignação”

Juiz Carlos Eduardo Vieira Gonçalves

passa credibilidade e divulga o nosso trabalho nessa pauta que é tão importante para a sociedade. E, com isso, faz com que os juízes se sintam pertencentes à instituição”, afirmou.

DEFESA DA CLASSE

Outro aspecto importante do trabalho do Departamento de Comunicação é a interlocução com a imprensa em notícias relacionadas a magistrados, seja com repercussão local, estadual ou até mesmo nacional. Exemplo dessa medição foi, no final de 2020, o envio de nota para os principais jornais do País com esclarecimentos sobre a operação da Polícia Federal na Comarca de Sete Lagos [região Central].

Ao tomar conhecimento da divulgação de que a notícia estava equivocada, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, imediatamente acionou o Departamento de Comunicação para que as informações corretas fossem apresentadas à imprensa. Os jornais corrigiram a informação, desta-

cando o texto enviado pela Associação.

“O efeito da atuação da Amagis foi imediato e melhor do que o esperado. Acredito que essa interlocução é fundamental para nós, juízes, porque os fatos, como o acontecido em Sete Lagoas, podem gerar grande indignação”, afirmou o juiz Carlos Eduardo Vieira Gonçalves, diretor do Foro de Sete Lagoas.

O magistrado ressaltou o suporte e a orientação que recebeu dos Departamentos de Comunicação e Jurídico. “Tenho 20 anos de carreira e, todas as vezes em que precisei da Amagis, fui sempre bem atendido”, disse Carlos Eduardo.

PRODUÇÃO INTELECTUAL

A Comunicação também atua no incentivo da produção intelectual da Magistratura Mineira, colaborando com a publicação das Revistas MagisCultura Mineira e Amagis Jurídica.

Para o desembargador Roberto Vasconcellos, autor publicado pela

MagisCultura, contribuir com a revista possibilita vivenciar um constante aprendizado. “Toda publicação cultural, por si só, une as pessoas como indivíduos em independência e liberdade. A revista Magiscultura, pela sua abrangência, não só propicia ao leitor uma autorreflexão, como possibilita ao colaborador o uso do seu conhecimento que ultrapassa o tema do Direito”, comentou.

Na opinião de outro autor da MagisCultura, o desembargador Llewellyn Medina, a revista insere o magistrado em um universo diferente, mais abrangente do que aquele vivenciado por ele diariamente. “A Magiscultura é um veículo democrático e aberto à colaboração de todo e qualquer magistrado. Ela me proporciona compartilhar com colegas algumas das preocupações intelectuais, que movem o meu espírito, bem como conhecer as excelentes contribuições de integrantes de nossa Magistratura”, afirmou.●

Acordo histórico entre Estado e Vale consolida os Cejuscs

TJMG mediu pacto de R\$ 37,7 bilhões entre o Estado e a Vale

Homologado pelo TJMG no dia 4 de fevereiro, o acordo histórico entre o Estado de Minas Gerais e a Vale, no valor de R\$ 37,7 bilhões, impediu uma possível batalha judicial em relação ao rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho (Grande BH). Ao mesmo tempo, consolidou os Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs) como modelo para a mediação e conciliação de quaisquer conflitos.

De acordo com o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, o desfecho do processo, com apenas cinco meses de tramitação no Tribunal, foi possível porque as partes concordaram em remeter o caso para o Cejuscs de 2º Grau. O presidente do Tribunal revelou que, em janeiro, as negociações correram o risco de serem encerradas, mas, em função da prorrogação de prazos da audiência, foi possível por fim à disputa. *Saiba mais na entrevista na página ao lado.*

Na avaliação do 3º vice-presidente do TJMG, desembargador Newton Teixeira Carvalho, o acordo impediu que o processo se arrastasse por até 10 anos. "A conclusão dessa mediação entre a Vale e o Governo de Minas e instituições públicas serviu para, mais uma vez, mostrar que é possível conciliar, e que a conciliação é melhor, porque restaura", comentou.

RIVA MOREIRA/TJMG



Última reunião entre as partes antes da homologação do acordo

Para o coordenador-adjunto do Cejuscs de 2º Grau, desembargador Ronaldo Claret de Moraes, o acordo demonstra que o TJMG está empenhado em buscar soluções negociadas para litígios, mesmo extrajudiciais. "Esse relevante acordo abriu caminhos extraordinários para o Judiciário, o Executivo e toda a sociedade de uma maneira geral. Dentre eles a certeza da possibilidade de solucionar litígios por meio da autocomposição, por mais complexos que sejam", afirmou.

O acordo homologado pelo TJMG entre o Estado e a Vale foi o maior já

realizado no Brasil e na América Latina. Antes dele, o Tribunal, por meio do Cejuscs, já havia resolvido duas disputas de significativo impacto social. Em 2018, o TJ promoveu a conciliação entre os proprietários da Granja Werneck S. A. e os moradores da Ocupação Izidora, em BH. No ano seguinte, 812 cidades, representadas pela Associação Mineira de Municípios, aderiram ao acordo com o Estado de Minas Gerais para quitação de dívida de R\$ 7 bilhões devidos pelo governo. ●

**Com informações do TJMG*

Amagis Saúde informa

A realização de alguns exames e procedimentos necessita de **autorização prévia pelo plano de saúde**

Ao sair da consulta, verifique junto ao plano se a autorização é necessária para aquele pedido.

Mais informações pelo e-mail autorizacao@amagis.com.br ou no site amagissaude.com.br



Gilson Lemes, presidente do TJMG



Em cinco meses de negociação, com a possibilidade de as partes interromperem o diálogo, a mediação prevaleceu e, no dia 4 de fevereiro, o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, homologou o acordo de R\$ 37,7 bilhões, referente ao rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

Quais as primeiras etapas da tramitação do processo no TJMG?

O processo foi remetido para o Tribunal em outubro de 2020, quando as próprias partes, o Estado de Minas Gerais e a Companhia Vale, concordaram que ele fosse discutido no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania [Cejusc] de Segundo Grau. Durante cinco meses, foram realizadas reuniões e audiências que nos permitiram avançar na elaboração da minuta do acordo. Nela estão estabelecidas todas as obras que serão realizadas e indenizações a serem pagas. É uma minuta muita extensa, com cerca de 100 laudas.

O senhor ficou surpreso com a celeridade do acordo?

Com certeza. Nós negociamos com as partes durante cinco meses, e conseguimos conduzir essa demanda para uma solução amigável, que foi construída pelas próprias partes. Quando se consegue essa mediação, a decisão é muito mais efetiva, pois, às vezes, a imposição da sentença pode acabar contrariando os dois lados. O Tribunal trabalhou muito para chegar a essa solução. Nós queríamos, evidentemente, dar uma resposta rápida para a sociedade.

A medição garantiu segurança jurídica para o processo?

Sem dúvidas. O acordo foi assinado por todas as partes: Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, Advocacia-Geral do Estado, Companhia Vale e o Poder Judiciário, que recorreram aos prazos de recurso. O acordo é válido tanto para os atingidos, o Estado e a Vale. Todos os valores pactuados serão depositados em juízo pela companhia. É essa a quitação que ela tem. As obras que serão realizadas pela empresa contarão com fiscalização de auditorias independentes, que deverão certificar se a Vale as realizou a contento.

Há um prazo para o pagamento dos valores?

Cada obrigação assumida pela Vale tem prazo. A

transferência de renda para os atingidos, por exemplo, será feita nos próximos meses, assim que essa obrigação for passada para o Ministério Público e a Defensoria Pública. Esse dinheiro, R\$ 4 bilhões, será depositado em juízo para que os valores sejam destinados mensalmente para os atingidos.

Como serão fiscalizados os recursos repassados ao Estado?

Há uma cláusula no acordo, determinando que todos os valores encaminhados diretamente ao Governo de Minas devem ser submetidos aos princípios orçamentários e financeiros do Estado. Toda a contabilidade deverá ser feita na forma orçamentária e fiscal de Minas Gerais. A fiscalização desses recursos é de competência do Tribunal de Contas e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Qual foi o momento mais delicado na mediação desse acordo?

A Vale fez uma oferta de R\$ 29,6 bilhões, o Governo de Minas havia feito uma estimativa de R\$ 55 bilhões e aceitou negociar em R\$ 40 bilhões. Houve resistência em relação à diminuição ou aumento da indenização. Em uma reunião realizada no final de janeiro, o Estado disse que não negociaria mais e não queira mais audiências. Mesmo assim, o TJMG fixou uma semana de prazo para que as partes pudessem peticionar e juntar novas propostas ao acordo. Nesse período, o prazo foi estendido em mais 15 dias e fomos negociando com as partes até a reunião na qual o acordo de R\$ 37,7 bilhões foi firmado. ●

“O Tribunal trabalhou muito para chegar a essa solução. Nós queríamos, evidentemente, dar uma resposta rápida para a sociedade”

Magistradas estão na direção de 106 foros de MG

Juízas se destacam na gestão de comarcas mineiras

POR IZABELA MACHADO E
GEORGIA BAÇVAROFF

O Poder Judiciário mineiro conta com o trabalho e a dedicação de 331 juízas. As mulheres representam 35% do total de juizes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Das 296 comarcas do estado, 106 delas têm uma magistrada ocupando o cargo de diretor de foro da comarca. Os números, embora pareçam baixos, são significativos, uma vez que as mulheres têm ocupado cada vez mais espaço na Magistratura nacional.

Segundo o levantamento "Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário", publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2019, da Constituinte de 1988 até 2018 o número de mulheres aumentou na Justiça Estadual. Se considerarmos o número total de magistrados em exercício em todo o Brasil (Justiça Estadual, Federal, tribunais superiores, entre outros), a participação feminina cresceu quase 60% nesse período, indo de 24,6% para 38,8%.

Para a juíza Cirlaine Maria Guimarães, diretora do foro da Comarca de Mariana, a tendência é que esses números cresçam. De acordo com ela, a sensibilidade da mulher e sua forma de conduzir os trabalhos contribuem muito para uma gestão eficiente. "Não quero desmerecer a gestão feita por juizes. Mas acredito que gerenciar cargos é como administrar uma família. Nós nos tornamos "mãezonas", com todas as peculiaridades e responsabilidades do cargo, é claro. E isso contribui para soluções pertinentes, sem gerar mais conflitos", explicou a juíza.

A magistrada atua em Mariana desde 2017 e assumiu a direção do foro em 2018, sendo reconduzida ao cargo no ano passado. Antes disso, ela atuava na Comarca de Esmeraldas, onde também foi diretora do foro por sete anos, por se tratar de vara única. "É muito trabalho, mas também é muito gratificante estar à frente da direção porque conto com uma equipe eficiente e prestativa, o que faz o trabalho valer a pena", afirmou a juíza.

Para ela, a direção do foro faz com

"Estou cercada de mulheres e homens competentes e colaborativos, que me tratam com absoluto respeito e não fazem qualquer tipo de condescendência ou diminuição pelo fato de eu ser mulher. O importante é estar alinhada à função"

Juíza Mônica Silveira Vieira, diretora do foro da Comarca de Contagem

que o juiz conheça de perto as demandas dos colaboradores, dos jurisdicionados e tudo o que se torna necessário para o bom andamento dos trabalhos. "A minha grande expectativa é criar uma cultura de colaboração e cooperação mútua porque acredito que essa é uma forma de conseguir atingir os objetivos da função, que é promover uma gestão com qualidade e eficiência", contou a magistrada.

Para organizar o trabalho, quando assumiu a direção do foro, a juíza Cirlaine Guimarães criou uma Central de Atendimento ao Cidadão em Mariana. O objetivo foi promover um atendimento mais eficiente e mais próximo do jurisdicionado.

Na Comarca, ela conta com a parceria da colega também magistrada Marcela Decat. "Somos colegas de concurso e estamos sempre concatenadas. Acredito em uma gestão coletiva. Para mim, gerir é não criar mais conflitos. E em Mariana conseguimos atingir bem esse objetivo", disse.

DISCIPLINA E PERSPECTIVA

Exercer a carreira, ser diretora do



foro, mãe e esposa é desafiador. Mas para a magistrada, existem dois pilares fundamentais para o sucesso em todas as diretrizes: a disciplina e a perspectiva. "Temos que ter disciplina e a perspectiva de que as coisas vão sempre melhorar e nunca piorar. Quando trabalhamos assim, os desafios e as dificuldades vão sendo superados", afirmou. Além disso, segundo ela, é necessário não deixar um lado influenciar o outro. "Minha vida pessoal não pode influenciar minha vida profissional. E vice-versa. Tem que ter uma caixinha para cada situação e alinhar os papéis para que eles tenham a mesma importância", diz.

EMPENHO

A magistrada Mônica Silveira Vieira, titular da 4ª Vara Cível e diretora do foro da Comarca de Contagem, foi nomeada para o cargo em fevereiro deste ano. A data coincidiu com o início da correição ordinária geral.

Apesar da pandemia da Covid-19, a magistrada conseguiu organizar os trabalhos de forma que a correição pudesse ser realizada de forma presencial, sem qualquer risco para os

servidores e frequentadores do fórum. Para isso, ela contou com o empenho e a dedicação de uma equipe altamente capacitada. “A correição foi feita de forma presencial porque temos equipe muito dedicada e apta ao trabalho, mas ao mesmo tempo muito enxuta. Então, tenho condição de fazer correição nos cartórios sem gerar aglomeração. No fórum de Contagem, é impossível exercer a direção do foro de forma isolada. O diretor do foro exerce uma função de gerenciamento e liderança, mas a equipe de apoio da administração do fórum é que faz acontecer”, afirmou a magistrada.

Mônica Silveira destaca o trabalho do oficial de apoio judicial Herbert Neiva Sucupira, conhecido como Betinho. Segundo a juíza, o servidor presta todo o apoio necessário ao perfeito funcionamento do fórum. “O Herbert é uma pessoa especial, proativa, dedicada, institucionalmente leal e não faz qualquer diferenciação de gênero em relação a quem ocupa o cargo”, ressaltou.

RESPEITO

A magistrada, que também é coordenadora do Núcleo Regional da Ejef em Contagem, afirma que a direção do foro demanda uma série de funções muito complexas, mas que se tornam muito menos difíceis também por conta do apoio dos colegas magistrados. Segundo ela, durante o exercício de sua função, nunca percebeu qualquer tipo de diferenciação de gênero por parte dos colegas. “Estou cercada



“A minha grande expectativa é criar uma cultura de colaboração e cooperação mútua porque acredito que essa é uma forma de conseguir atingir os objetivos da função, que é promover uma gestão com qualidade e eficiência”

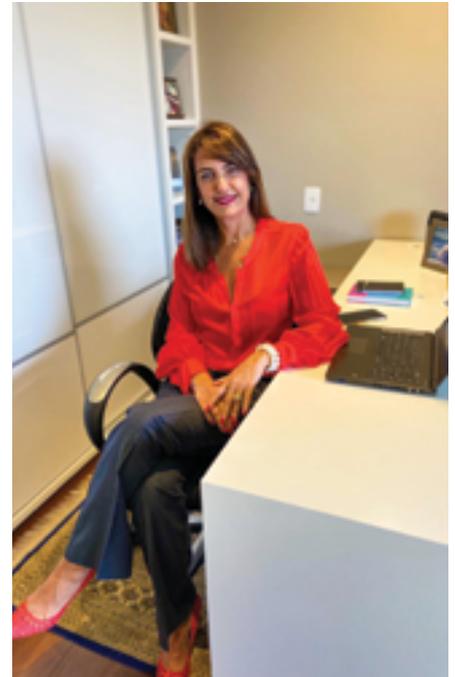
Juíza Cirlaine Maria Guimarães, diretora do foro da Comarca de Mariana

de mulheres e homens competentes e colaborativos, que me tratam com absoluto respeito e não fazem qualquer tipo de condescendência ou diminuição pelo fato de eu ser mulher. Além disso, para o Tribunal, o importante na designação de um juiz para um cargo de direção é a pessoa estar alinhada à função”, complementou.

Mônica Silveira participou no fim de 2020 de um webinar sobre os 20 anos de mulheres no Supremo Tribunal Federal. Nesse debate, os participantes concluíram que não há evidência e pesquisas que confirmem que uma juíza seja mais sensível ou profira decisões de uma forma diversa da de um

“Entre meus colegas não tenho isso, mas na sociedade em geral, a mulher tem que provar o tempo todo que é capaz, que ela dá conta. É cobrada uma postura muito diversificada da mulher”

Alinne Arquette Leite Novais, diretora do foro da Comarca de Muriaé



homem apenas pelo fato de ser mulher. “A mulher deve ocupar cada vez mais cargos de liderança porque isso representa um direito da sociedade de ver a riqueza da composição da sociedade refletida nos órgãos públicos. Só assim os processos decisórios vão refletir o que a sociedade merece”, destacou a juíza.

PANDEMIA

Outro desafio enfrentado pela juíza Mônica Silveira na direção do foro de Contagem é gerir um quadro de pessoal com cerca de 500 pessoas, entre servidores, estagiários e terceirizados, em plena crise sanitária. “A pandemia da Covid-19 não é mais uma novidade. Nós nos livramos da angústia do novo, mas temos a angústia do desconhecido, que cobra de todos nós resiliência e flexibilidade. Por isso, pratico com minha equipe uma gestão democrática, em que o foco é garantir ao jurisdicionado a melhor prestação jurisdicional possível, de forma ininterrupta”, afirmou.

Todos os setores do fórum de Contagem estão funcionando normalmente, com atendimento presencial, o que tem gerado um retorno positivo para operadores do Direito e a população. “A pandemia nos trouxe a possibilidade de fazermos a diferença. Vejo que essa prática de liderança, de compartilhamento com direcionamento e de mostrar para o servidor a relevância do seu papel dentro da instituição tem gerado excelentes resultados, pois todos nós precisamos compreender o sentido do nosso trabalho.

Com isso, os servidores trabalham motivados, com a autoestima elevada, pois têm o reconhecimento de sua função”, observou.

EMPATIA

Alinne Arquette Leite Novais é juíza há 16 anos. Há três anos e meio é diretora do foro da Comarca de Muriaé. “O desafio é muito grande porque, além do exercício judicante, é necessário também ter sabedoria para lidar com as pessoas, ressaltou”. Para ela, o segredo está no respeito e na empatia. Saber enfrentar os problemas e resolvê-los, ter uma postura de fiscalização e, ao mesmo tempo, manter uma boa convivência com as pessoas no trabalho não é fácil, mas é possível, segundo a magistrada. “Esse processo demanda um trabalho de empatia e respeito. Nenhuma punição ou determinação, ainda que seja contra o interesse de alguém, pode ser desrespeitosa. O respeito a essa dignidade é o que comanda o trabalho”, afirmou. Alinne Arquette destaca ainda que é necessário ter muita cautela para a mulher não deixar que a empatia pareça fraqueza. “É

a sua postura coerente, no dia a dia, que vai determinar isso”, garantiu.

A magistrada também acredita que as mulheres estão, cada vez mais, ganhando espaço no Judiciário. “O número de mulheres ocupando as direções de foros mostra que há um aumento na presença feminina nos quadros do Judiciário, e isso é muito positivo”, afirmou.

Contudo, a magistrada destaca que, embora exista um grande avanço da mulher em diversas áreas, ainda é necessário que o sexo feminino prove diariamente sua competência. “Entre meus colegas não tenho isso, mas na sociedade em geral, a mulher tem que provar o tempo todo que é capaz, que ela dá conta. É cobrada uma postura muito diversificada da mulher”, disse a juíza. Para ela, embora a mulher tenha alçado voos altos, ainda existe um preconceito velado que, muitas vezes, é sentido no comportamento e na maneira com a qual é abordada.

DEDICAÇÃO

A juíza Alinne Arquette é casada há 24 anos e mãe de dois filhos. O mais novo tem 16 anos e está com-

pletando o Ensino Médio para entrar para a faculdade. Enquanto está no fórum, a dedicação da magistrada é totalmente voltada para o trabalho, mas no fim do dia é a hora de estar com o marido e o filho. “Levo processos para casa e, durante a pandemia, trabalhei muito em casa e ainda trabalho bastante. Mas quando estou com eles não tem assunto de processo”, disse.

Antes mesmo de entrar para a magistratura, Alinne já sabia o valor da dedicação e da persistência. Ela decidiu pela Magistratura para ter estabilidade e cuidar de seu filho mais velho, que à época tinha dois anos e foi diagnosticado com uma doença congênita e degenerativa. “Conseguí passar no concurso com meu filho doente e sofrendo as consequências da doença. Sofri muito, mas consegui. Quando há concentração e persistência, o trabalho rende”, contou. Alinne perdeu seu filho mais velho, mas fala dele sempre com muito carinho e orgulho porque acredita que ser mãe é uma função eterna, assim como ser juíza. ●

de março
Dia Internacional
DA MULHER

Amagis e Amagis Saúde reconhecem e enaltecem a participação da mulher na Magistratura, no Judiciário e na sociedade

AMAGIS
AMAGIS Saúde

MULHERES, POTENCIALIDADES E TRABALHO CONJUNTO

A garantia de direitos a partir da comunhão de esforços

BÁRBARA LÍVIO*

Neste mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, é imprescindível ressaltar a essencialidade do trabalho conjunto e integrado da rede de enfrentamento à violência contra a mulher na promoção de direitos e na construção de uma sociedade mais livre, justa e igualitária.

Conceitua-se a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres como sendo o conjunto de todas as organizações governamentais, não governamentais e da sociedade civil que atuam com o intuito de desenvolver medidas aptas a prevenir todo e qualquer tipo de violência a elas direcionada, bem como para garantir direitos e prestar a necessária assistência. A rede de enfrentamento atua em quatro eixos diversos e interligados: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos.

Observa-se, assim, o caráter orgânico do conceito, que busca identificar

prprio Estado e, por via transversa, legitima toda a atuação do Sistema da Justiça.

Insta destacar que cada localidade possui um desenho próprio para o desenvolvimento da rede. Existem peculiaridades que são características de cada local que devem ser observadas. Contudo, em regra, participam Ministério Público, Defensoria Pública, CRAS, CREAS, Secretaria de Saúde/Desenvolvimento Social, Polícia Civil, Polícia Militar, Ordem dos Advogados Brasileiros, Conselho da Mulher e órgãos da sociedade civil. Esses são, em geral, os primeiros contatos da mulher que busca atendimento na rede.

Hoje, os maiores entraves no trabalho articulado são a dificuldade de transmissão interinstitucional de informações, o parco conhecimento do trabalho do outro, além do déficit nos equipamentos disponíveis e no quadro de servidores.

Vale lembrar que articular a rede em hipótese alguma significa a ingerência in-

A articulação da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar não é uma faculdade do juiz, mas sim uma obrigação a ele imposta pelo ordenamento jurídico. Isso em razão da riqueza do local de fala do magistrado, o qual, ao sentenciar, tem contato com todo o caminho percorrido pela vítima em busca da proteção do Estado.

É inegável o peso da figura do(a) magistrado(a) na atuação da vara e no processamento de conflitos, sendo que sua postura traz consequências diretas sobre a forma como os serviços jurisdicionais são dispensados às mulheres em situação de violência.

É preciso comprometimento, atuação e humanidade na condução de processos e até mesmo – ou principalmente – fora do âmbito judicial.

Nesse sentido, um dos desafios do(a) magistrado(a) é tornar o processo mais compreensível para as mulheres, que, muitas vezes, se veem perdidas em meio a termos desconhecidos e procedimentos burocráticos. Cabe, também, ao magistrado, apresentar o Judiciário como um ambiente não hostil e acolhedor para essas mulheres que já o procuram em grave estado de vulnerabilidade.

Em suma, a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres é uma

“É INEGÁVEL O PESO DA FIGURA DO(A) MAGISTRADO(A) NA ATUAÇÃO DA VARA E NO PROCESSAMENTO DE CONFLITOS, SENDO QUE SUA POSTURA TRAZ CONSEQUÊNCIAS DIRETAS SOBRE A FORMA COMO OS SERVIÇOS JURISDICIONAIS SÃO DISPENSADOS ÀS MULHERES”

“UM DOS DESAFIOS DO(A) MAGISTRADO(A) É TORNAR O PROCESSO MAIS COMPREENSÍVEL PARA AS MULHERES, QUE, MUITAS VEZES, SE VEEM PERDIDAS EM MEIO A TERMOS DESCONHECIDOS E PROCEDIMENTOS BUROCRÁTICOS”

quem colabora na superação do padrão violento e qual a sua contribuição para esse processo de rompimento. A rede é primordialmente heterogênea, composta por diversos atores sociais, os quais, ao exercerem suas funções, garantem àquela que busca ajuda uma resposta rápida, efetiva e integral.

A articulação entre esses atores leva ao bom funcionamento da rede de enfrentamento, o que, por conseguinte, reforça a confiança da sociedade no pró-

devida de uma instituição em outra. Trabalhar em rede significa atuar horizontalmente, em colaboração com os demais atores, com o objetivo único de construir um caminho comum que culmine com a excelência no serviço de atendimento.

Com efeito, cada pessoa/instituição traz a sua contribuição na construção desta trajetória compartilhada.

Nasce, então, a questão: qual o papel do(a) magistrado(a) na rede de enfrentamento?

comunhão de esforços que caminha, apesar das dificuldades encontradas. E esse caminho, percorrido também pelo magistrado, levará a uma forma de resolução de conflitos cada vez mais humanizada e tecnicamente apurada. O destino é uma sociedade caracterizada por medidas de prevenção eficazes e não por medidas de reparação de danos.●

[*] Juíza da 2ª Vara Cível da Comarca de Teófilo Otoni e presidente da Fonavid



Beatriz Guimarães

Para a juíza Beatriz Junqueira Guimarães, do Juizado Especial da Comarca de Belo Horizonte, a participação feminina no Poder Judiciário precisa avançar. Na avaliação da magistrada, a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça, é um passo importante na valorização das mulheres na Justiça.

Como a senhora avalia a presença da participação das mulheres no Judiciário?

A participação feminina no Poder Judiciário ainda precisa avançar. Estamos em número menor no Judiciário e essa não é uma realidade apenas em Minas Gerais, mas de todo o Brasil. Tanto é assim que o Conselho Nacional de Justiça [CNJ] editou a Resolução 255, de 2018, que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

O que determina a resolução?

A resolução determina que os Tribunais de Justiça formem grupos de trabalho, responsáveis pela elaboração de estudos cujo objetivo é propor mecanismos de estudos para incentivar a participação das mulheres no Judiciário [cargos de chefia, assessoramento, bancas de concurso e expositoras em eventos institucionais].

Quais aspectos obstaculizam a ascensão das mulheres no Judiciário?

Avalio que o ingresso da mulher no mercado de trabalho no Brasil é bem tardio e, por isso, estão em menor número. Essa diferença pode tornar a ascensão na carreira mais difícil. Outro aspecto que pode ser percebido é o fato de que, quanto mais tempo e maior o patamar a ser alcançado na carreira, mais difícil é a progressão de magistradas e servidoras. É preciso incentivar que as mulheres prestem concurso, submetam-se a provas e avaliações para chegarem aos cargos diretos.

Que medidas podem ser adotadas para a mudança desse quadro?

A primeira coisa a ser feita é o mapeamento de quantas somos no Judiciário mineiro e quanto tempo estamos na carreira para avaliar se há estagnação ou não. Outra sugestão é a criação de um formulário no qual magistradas e servidoras expliquem por quais razões elas não concorrem a outros cargos. Nesse formulário, pode ser incluído um campo de sugestões ao Tribunal

com propostas de como incentivar as mulheres a se candidatarem a um cargo para subir na carreira.

Quais fatores podem dificultar que as mulheres invistam no aprimoramento da carreira?

Por muitas vezes, as mulheres não conseguem investir no aprimoramento profissional porque sempre têm aquele horário a mais para cumprir, pois a casa estava precisando dela para alguma coisa. Geralmente, as vagas para os cursos são limitadas e, quando a mulher vai perceber, já passou o prazo. Portanto, é preciso incentivos para que possamos participar com mais frequência desses eventos de aprimoramento da formação.

O que pode ser feito para incentivar essa participação?

Nesse caso específico, por exemplo, poderiam ser feitos convites para as mulheres com mais frequência. No entanto, tudo precisa ser ponderado. É importante que seja feito um estudo técnico para identificar quais fatores precisam ser ajustados, possibilitando que as mulheres se insiram cada vez mais nesse universo que, até pouco tempo atrás, era só masculino.

As mulheres têm uma percepção diferente de gestão?

É muito importante termos uma variedade de pensamentos. E homens e mulheres não pensam da mesma maneira. Então, se tivermos essa diversidade de pessoas em vários postos de comandos, de setores e organizações, acredito que o serviço vai ganhar em criatividade e ficar mais interessante para todo mundo. ●

“É importante que seja feito um estudo técnico para identificar quais fatores precisam ser ajustados, possibilitando que as mulheres se insiram cada vez mais nesse universo”

TJ e ACMinas estudam parcerias

Projetos podem agilizar a virtualização de processos físicos

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, no dia 19 de fevereiro, de reunião com o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, e o presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas), José Anchieta da Silva.

Na ocasião, foi analisada a realização de parcerias entre o TJMG e a ACMinas. Entre os projetos discutidos, estão a digitalização e virtualização de processos físicos de interesse da Associação comercial.

Os dirigentes também conversaram sobre a realização de projeto relativo a protestos e à adesão da ACMinas ao Destrava-Minas Avante. A iniciativa foi lançada pelo TJMG no dia 22 de fevereiro e visa à retomada de obras públicas estaduais, que estejam paralisadas por decisões judiciais em caráter liminar.

CECÍLIA PEDERZOLI/TJMG



Dirigentes conversaram sobre projetos em favor de mais celeridade judicial

O corregedor-geral de justiça do TJMG, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, os vice-presidentes da ACMinas, José Epiphânio Camillo dos Santos e Marcos Brafman, o pre-

sidente do Conselho Empresarial de Assuntos Jurídicos da ACMinas, João Henrique Café de Souza, também participaram da reunião.●

**Com informações do TJMG*

O presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, reuniu-se, no dia 5 de fevereiro, com os senadores Rodrigo Pacheco (presidente do Congresso Nacional), Antonio Anastasia e Carlos Viana. Foram abordados temas da política nacional, mineira e questões sobre o Poder Judiciário. O superintendente administrativo adjunto do TJMG, desembargador José Arthur Filho, também participou do encontro.

RIVA MOREIRA/TJMG





Sinal vermelho contra a violência doméstica

Juiz Marco Antônio de Oliveira Roberto




VEM AÍ...



2 0 0 1 - 2 0 2 1

mgl.com.br

Contrate nossos serviços:

0800 242 2218

37 9 9827 5613

indicacao@mgl.com.br

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)



GRUPOCRÉDITO

Nossas especializações:

Administração Judicial/Falência

Inventariante Judicial

Avaliação de Imóveis

Depósito de Bens

Atuante em inúmeras cidades

CURADORIA

ROBERT LEAL/TJMG



**LUÍS FERNANDO
NIGRO CORRÊA,
JUIZ AUXILIAR DA
COMARCA DE BELO
HORIZONTE**



CRIP CAMP: REVOLUÇÃO PELA INCLUSÃO

O filme aborda o direito das pessoas com deficiência e mostra como foi desenvolvida, nos Estados Unidos, a luta contra o preconceito vivido por essas pessoas, pela inclusão delas na sociedade e a conquista dos seus direitos. A película é um retrato bastante interessante do dia a dia dessa luta. Crip Camp foi lançado em 2020, no Festival de Cinema de Sundance, quando ganhou o Prêmio do Público. O documentário é dirigido por James Lebrecht e Nicole Newnham e tem Barack e Michelle Obama entre seus diretores executivos. O filme está disponível na plataforma de streaming Netflix, tem classificação indicativa para 12 anos e 1h48 de duração.

ERIC BEZERRA/TJMG



**JUÍZA RIZA NERY,
VARA INFRACIONAL
DA INFÂNCIA E DA
JUVENTUDE DA
COMARCA DE BELO
HORIZONTE**

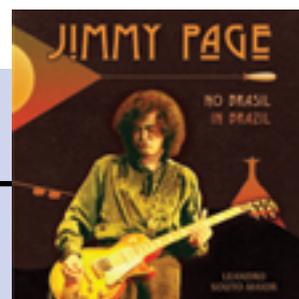


COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

Esse livro tem sido muito utilizado por nós, no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional, como forma de comunicação suave e respeitosa. Na medida em que conversamos com as pessoas de uma maneira respeitosa, ela te trata do mesmo jeito e, com isso, é possível evitar agressões e violência, principalmente entre familiares. De autoria de Marshall B. Rosenberg, a obra traz técnicas voltadas para o aprimoramento de relacionamentos pessoais e im pessoais, aplicáveis em diversas situações. O livro foi publicado pela Editora Ágora, em 2010, e está disponível nos formatos impresso e e-book.

BAÚ DE ACORDES

Craviola na versão rock



DIVULGAÇÃO

Tiago Parrela - O lendário guitarrista da banda britânica Led Zeppelin, Jimmy Page, tem uma estreita relação com o Brasil. Pelo menos é o que conta o jornalista Leandro Souto Maior no livro "Jimmy Page no Brasil", que reconstituiu as histórias e laços que o músico tem com o País.

Antes de visitar o Brasil, Page o conheceu pela craviola, instrumento criado pelo violonista Paulinho Nogueira. Por conta dessa atração, o guitarrista gravou muitas músicas com esse tipo de violão de 12 cordas.

No Brasil, Jimmy Page casou-se com Jimena Gomez (americana

filha de argentinos), que morava em Lençóis, na Chapada Diamantina, por volta do ano de 1994, e comprou uma casa na cidade.

O livro é acrescido pelo prefácio escrito por Ed Motta, que é um grande colecionador e pesquisador do Led Zeppelin, muitas fotos, depoimentos de Page tirados de jornais e vídeos da época e muitas histórias. Segundo reportagem do jornal Correio Braziliense, elas são contadas por Canisso, Carlos Coelho, Charles Gavin, Daniela Mercury, Ed Motta, Fernando Magalhães, George Israel, Gilberto Gil, Herbert Viana, Liminha, Margareth Menezes,

Nando Reis, Paulo Ricardo, Pepeu Gomes, Roberto Frejat e Tony Bellotto.

Um dos casos é que: "Você nunca imaginaria um ídolo do rock do tamanho do Jimmy Page em Salvador, enquanto ia no boteco da esquina comprar cigarros, de chinelas havaianas, ajudando um motorista a manobrar o carro para estacionar", diz o autor, citando uma história contada por um dos entrevistados.

O livro está sendo produzido e pode ser adquirido por campanha virtual de financiamento coletivo com valores e recompensas variadas. ●

PENSAMENTO JURÍDICO

História de superação

Um jovem de 28 anos foi atuar como voluntário no Fórum, virou faxineiro e saiu de lá formado em Direito com ajuda de juízes. Essa é a história de superação de Samuel Santos da Silva. Para saber mais sobre essa história, entrevistamos o novo advogado e o juiz Wagner Cavalieri, titular Vara de Execuções Criminais da Comarca de Contagem e o juiz aposentado Afonso José de Andrade. [Foto]



Moradores de rua na pandemia

Estima-se que no Brasil existam mais de 200 mil pessoas em situação de rua. Em Minas seriam cerca de 20 mil. O que o Judiciário faz para minimizar essa realidade injusta? Conversamos com o desembargador Laílson Baeta Neves, da 18ª Câmara Cível do TJMG e um dos representantes do Tribunal no programa "Rua do Respeito", que é destinado à população em situação de rua.

Acordo Vale e Governo de Minas

O Governo de Minas e a Vale firmaram acordo bilionário, de R\$ 37,7 bilhões, pela reparação dos danos provocados pelo rompimento da barragem da mineradora, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além dessas partes, houve um terceiro e decisivo protagonista: o TJMG. O desembargador Gilson Soares Lemes, presidente do TJMG, explicou como foi esse acordo.

Descomplicando o Direito

O juiz Renato Zupo, da Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Araxá, que, além de magistrado, é escritor e professor lançou seu quinto livro, o "Simplifica Direito: o Direito sem as partes chatas". Por que há esse distanciamento entre a doutrina e os cidadãos, seus destinatários? É possível simplificar esse conhecimento e compartilhá-lo com os leigos?

[Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no YouTube e nas redes sociais e site da Associação](#)

VIA JUSTIÇA

Maria da Penha e Alienação Parental

As aplicações das Leis Maria da Penha e de Alienação Parental na Justiça. De um lado, a violência doméstica, do outro, a ameaça de tirar a guarda dos filhos. Participaram do programa o juiz Emerson Chaves Motta, da 2ª Vara Criminal de Teófilo Otoni, e a advogada Sofia Rabelo, 2ª vice-presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais - IAMG. Qual é a análise das leis? [Foto]



Crimes de intolerância

Quais as causas das diversas formas de intolerância? Quais são os aspectos antropológicos? O juiz José Carlos dos Santos, da 2ª Vara Criminal de Barbacena, e a delegada Isabella Franca, titular da Divisão Especializada em Atendimento à Mulher, ao Idoso, à Pessoa com Deficiência e Vítimas de Intolerância discutiram sobre os crimes de intolerância no Brasil e no mundo.

Lei Geral de Proteção de Dados

Os convidados juiz Delvan Barcelos Júnior, auxiliar da Presidência do TJMG, e a assessora técnica especializada da Presidência do TJMG, Tatiana Camarão, discutem a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados na rotina do Judiciário mineiro. A lei é de 2018, mas só entrou em vigor em 18 de setembro do ano passado. Quais são os aspectos constitucionais desta lei?

Vacinação obrigatória

O desembargador Bruno Terra Dias, coordenador do Comitê Estadual de Saúde e superintendente de Saúde do TJMG, e a advogada Maria Fernanda Pires abordaram os aspectos jurídicos da vacinação obrigatória, em discussão no Brasil, com a pandemia da Covid -19. Como analisar a polêmica sobre a vacinação obrigatória e qual a sua dimensão? Como compreender o movimento antivacina?

TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]

Check-up é autorizado fora do mês de aniversário

Medida beneficia juízes que atuam nas comarcas do interior

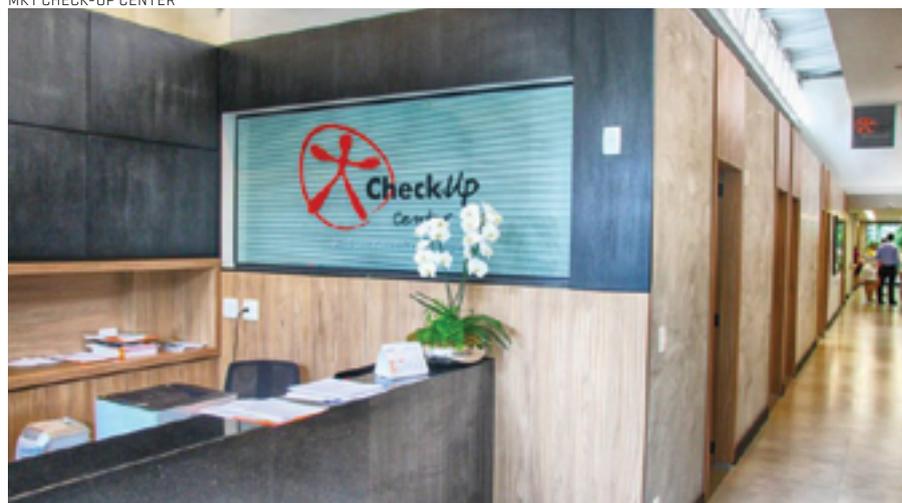
Desde o dia 1º de março, os usuários da Amagis Saúde, que têm direito ao check-up oferecido gratuitamente pelo plano, podem fazer os exames fora do seu mês de aniversário. A medida tem como objetivo ampliar a possibilidade de os magistrados do interior realizarem os procedimentos com seus cônjuges.

Para a realização do check-up da Amagis Saúde, será observado o prazo mínimo de 12 meses entre os exames do programa. Também é necessária a solicitação de autorização prévia para o serviço, que pode ser feita pelo e-mail autorizacao@amagis.com.br ou pelos telefones [31] 3079-3478, [31] 3079-3479, [31] 3079-3480 ou [31] 3079-3481.

Têm direito ao check-up, os beneficiários do plano (titular, dependente ou agregado) com 35 anos ou mais. Para melhor atender aos associados, a Amagis Saúde credenciou clínicas e hospitais na capital e no interior do Estado.

Em Belo Horizonte, é possível fazer os exames na Clínica Check-

MKT CHECK-UP CENTER



Clínica Check-up Center é uma das credenciadas à Amagis Saúde

-up Center, especializada nesse tipo de atendimento, e no Hospital Mater Dei. Nas comarcas do interior, foram credenciados a clínica Check-Up Center Norte de Minas, em Montes Claros, o Hospital Monte Sinai, em Juiz de Fora [Zona da Mata], o Hospital Márcio Cunha, em Ipatinga [Vale do Aço], e o Instituto de Pato-

logia Clínica/Sabin, em Uberlândia [Triângulo Mineiro].

Em caso de dúvidas, os magistrados podem consultar a Amagis Saúde para saber qual prestador de serviço atende na sua região. O contato deve ser feito pelo telefone [31] 3079-3499 [ramal: 3407] ou pelo e-mail checkup@amagis.com.br. ●

NOVOS CREDENCIADOS

CIDADE	ESPECIALIDADE	PRESTADOR	ENDEREÇO	TELEFONE
Bom Despacho	Análises Clínicas	Laboratório Costa Rezende	Rua Vigário Nicolau, nº 209, Centro	[37] 3522-2040
Dores do Indaiá			Rua Coronel Alexandre, nº 123, Centro	[37] 3551-1090
Martinho Campos			Avenida Pedro Lino, nº 171, Centro	[37] 3524-2442



PRESIDENTE
Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
Juíza Rosimere das Graças do Couto
Diretor de Saúde
Desembargador Edison Feital Leite
Diretora Financeira
Juíza Flávia Birchal

Conselho Gestor:
Segunda Instância
Geraldo Domingos Coelho
Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes
Valéria da Silva Rodrigues Queiroz
Edison Feital Leite
Juízes da Capital
Flávia Birchal de Moura
Kenea Marcia Damato de Moura Gomes
Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Guilherme Azeredo Passos
Juízes do Interior
Dalton Soares Negrão
Fábio Torres de Sousa

Suplentes
Marcos Alberto Ferreira
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Ana Maria de Oliveira Froes
José Maria dos Reis
Suplentes
José Nicolau Masseli
Paulo Mendes Álvares
Ouvidora da Amagis Saúde
Juíza Kenea Márcia Damato de Moura Gomes

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo · Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgina Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Publicare Design
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albata, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Amagis Saúde completa em abril 45 anos de inovação

Plano valoriza atendimento humanizado ao longo das décadas

TIAGO PARRELA - ARQUIVO AMAGIS



Conselho Gestor de Saúde se reúne periodicamente para discutir melhorias no plano

No dia 22 de abril, a Amagis Saúde irá completar 45 anos. Criado inicialmente como Departamento Médico, Hospitalar e Odontológico, o plano passou por inúmeros avanços para se consolidar como uma referência em autogestão e, principalmente, ter a qualidade dos seus serviços reconhecida pela Magistratura mineira.

O primeiro ato dessas quatro décadas e meia, dedicadas à promoção da saúde dos magistrados e seus familiares, foi a eleição do desembargador Erotides Diniz à Presidência da Amagis [1975-1976]. Ele concordou em disputar o pleito com a condição de que o departamento médico fosse criado.

Esse fato foi revelado pela viúva do desembargador, Rita Moreira Diniz, em 2009, aos pesquisadores do Memorial da Amagis. “Ele aceita a Presidência da Amagis se

for criado o plano de saúde”, respondeu a pensionista aos três desembargadores que tinham ido ao apartamento do casal convencer Erotides Diniz a concorrer.

INOVAÇÃO

O processo de modernização do plano teve início na gestão do desembargador Doorgal Andrada [2001/2002], quando, com o apoio do vice-presidente de Saúde, desembargador Tiago Pinto, o plano passou por uma reforma administrativa. Em 2000, foi realizado o 1º Integramagis. Iniciativa pioneira em saúde preventiva.

No triênio 2007-2009, na administração do presidente Nelson Missias, que tinha na vice-presidência de Saúde o então juiz Bruno Terra Dias, a Amagis Saúde foi consolidada como plano de autogestão. Na gestão de Bruno Terra [2010-2012],

foi criado o Programa Amor à Vida em parceria com o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, então vice-presidente de Saúde da Amagis.

Na gestão do desembargador Herbert Carneiro [2013-2015], cujo vice-presidente de Saúde era o então juiz Maurício Torres Soares, foram criadas as modalidades de cobertura Amagis Saúde e Grupo de Estados. Na Presidência do desembargador Maurício Soares [2016-2018], que, tinha como vice-presidente de Saúde, a juíza Luzia Peixôto, o plano inovou mais uma vez com a criação do Programa Check-up.

Diante de uma das maiores crises sanitárias da humanidade, a da Covid-19, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, em diálogo permanente com a vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere Couto, tomou providências para

garantir toda a assistência aos beneficiários do plano neste momento.

Desde o início da pandemia, a Amagis Saúde adotou iniciativas como parcerias para garantir agilidade no pronto atendimento em casos suspeitos da doença, convênios com laboratórios para a realização de exames de detecção do coronavírus, consulta online com assistente virtual, contrato com Hospital Vila da Serra para teleconsultas e criação de boletim informativo sobre a Covid-19.

De acordo com o presidente Alberto Diniz, a Amagis Saúde só pôde se tornar uma referência em autogestão graças ao trabalho de ex-presidentes e vice-presidentes da Associação. “Foi a dedicação de dirigentes abnegados que nos possibilita, hoje, promover novos avanços na Amagis Saúde, visando o bem-estar da classe”, afirmou.

IZABELA MACHADO



ERIC BEZERRA/TJMG



“Foi a dedicação de dirigentes abnegados que nos possibilita, hoje, promover novos avanços na Amagis Saúde, visando o bem-estar da classe”

Desembargador Alberto Diniz, presidente da Amagis

“Contamos como o apoio dos nossos colaboradores para garantir a excelência do atendimento oferecidos aos magistrados e seus familiares”

Juíza Rosimere Coutro, Vice-presidente de Saúde

Na avaliação da vice-presidente de Saúde, o apoio dos servidores do plano tem sido fundamental para efetivar as propostas da Diretoria da Associação e enfrentar os novos desafios. “Contamos como o apoio dos nossos colaboradores para garantir a excelência do atendimento oferecidos aos magistrados e seus familiares”.

RECONHECIMENTO

Todo esse trabalho em torno da Amagis Saúde e, conseqüentemente, em favor da Magistratura mineira e seus familiares rendeu o reconhecimento não só da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), mas, principalmente, de magistrados e magistradas: os principais beneficiários da Amagis Saúde.

Entre os aspectos positivos do plano, apontados pelos associados, está a agilidade no atendimento. Segundo a juíza Maria Clara Silva, da Comarca de Guanhães (Vale do Rio Doce),

que passou por uma cirurgia simples, sempre que precisou de autorização para algum procedimento, o serviço foi liberado sem burocracia. “Só tenho elogios ao atendimento da Amagis Saúde”, comentou.

A juíza Soraya Brasileiro, da Comarca de Belo Horizonte, ressaltou a qualidade no atendimento. “Em algumas empresas é difícil resolver as coisas por telefone, mas na Amagis Saúde é o contrário. Quando preciso da autorização de um exame, os colaboradores resolvem tudo imediatamente”, destacou.

A preocupação com o bem-estar do usuário do plano foi o que chamou a atenção do médico do juiz Evaldo Elias Penna Gavazza. O magistrado foi submetido a uma cirurgia cervical e a Amagis Saúde forneceu uma prótese de qualidade superior à indicada pelo neurocirurgião. “A Amagis Saúde é o que nós temos de melhor”, disse.

Para o juiz Rafael Continentino, da Comarca de Ca-

pelinha, a alta qualificação dos médicos conveniados e a abrangência da rede credenciada, com hospitais de ponta, inclusive na modalidade Grupo de Estados (MG, SP e RJ), é mais um dos pontos positivos da Amagis Saúde.

As iniciativas no campo da medicina preventiva também recebem o reconhecimento dos beneficiários do plano, como a juíza Cláudia Costa Cruz, da Comarca de Belo Horizonte. “Com o Check-up, você elimina uma série de consultas que seriam feitas com médicos diferentes ou até mesmo postergaria, pois os exames são realizados no mesmo lugar”, avaliou.

Mesmo com todas as inovações, a Amagis Saúde tem mantido ao longo dos anos sua missão principal de oferecer à Magistratura um acolhimento humanizado. “Quando estamos em uma situação mais vulnerável, encontramos todo apoio e solidariedade da equipe da Amagis Saúde”, afirmou a desembargadora Hilda Teixeira da Costa. ●

LINHA DO TEMPO

1976

Criação do Departamento Médico, Odontológico e Hospitalar

1983

Criação do Centro Odontológico na sede da Amagis

1985/1987

Tem início a assistência hospitalar a partir de convênio assinado com o Hospital Felício Rocho

1996/1998

Aprovação do regulamento e criação do plano de saúde

2000

Realização do 1º Integramagis

2010

Agência Nacional de Saúde Suplementar reconhece a Amagis Saúde como plano de autogestão

2011

Lançamento do programa Amor à Vida

2014

Criação do plano de saúde Grupo de Estados, que incluiu a cobertura nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, além de Minas Gerais

2017

Lançamento do Programa de Check-up

2020

Implementação da teleconsulta no enfrentamento da pandemia de Covid-19



SAÚDE

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

PLANTÃO TELEFÔNICO
[31] 3079-3478
FINAIS DE SEMANA E FERIADOS
[31] 9 9977-2860

Notícias da Amagis pelo
Whatsapp ou Telegram
[31] 99881-4367

Amagis Saúde lança Boletim Covid-19

Informativo será divulgado todas as sextas-feiras

A Amagis Saúde lançou, no dia 19 de fevereiro, o Boletim Covid-19, produzido pela Assessoria de Comunicação da Associação. Será enviado por meio de aplicativos de mensagens e publicado nos sites amagis.com.br e amagissau.com.br, todas as sextas-feiras.

De maneira objetiva, o boletim reunirá semanalmente dados como indicadores do novo coronavírus, formas de prevenção, serviços oferecidos pelo plano e orientações sobre a vacinação. As notícias divulgadas na publicação são apuradas em órgão públicos,

como secretarias de saúde e com especialistas em epidemiologia, garantindo a precisão da informação.

Desde o início da pandemia da Covid-19, a Diretoria da Associação tem tomado uma série de providências para orientar a Magistratura sobre os cuidados com a doença. No campo administrativo, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, determinou a adoção do revezamento na escala de trabalho dos funcionários da Associação para evitar maior risco de contaminação.

Na área da saúde, o plano fez uma parceria com a Clínica Dr. Agora

para ampliar e dar mais agilidade ao pronto atendimento em casos suspeitos, celebrou convênios com laboratórios da capital e do interior, garantindo a realização dos exames de detecção do coronavírus, disponibilizou agendamento de consultas online por meio de assistente virtual e firmou contrato com o Hospital Vila da Serra para teleconsultas [saiba mais nas dicas abaixo].

Para receber o Boletim Covid-19, o interessado deve enviar uma mensagem de Whatsapp ou Telegram para o número [31] 99881-4367, solicitando a inclusão na lista. ●

BOLETIM COVID
Amagis Saúde Semanal - nº 1
19/2/2021

Vacinação em MG
Doses aplicadas
433.553 Primeira dose
145.602 Segunda dose
Fonte: Secretaria Saúde MG - dados de 18/2/2021

Boletim epidemiológico de MG
822.448 Casos confirmados
53.756 Casos em acompanhamento
751.443 Casos recuperados
17.249 Óbitos confirmados
Fonte: Secretaria Saúde MG - dados de 18/2/2021

Sistema de teleconsultas da Amagis Saúde
A Amagis Saúde disponibiliza o sistema de consulta médica on-line para seus associados. O objetivo é evitar a exposição desnecessária ao coronavírus. Além de especialidades como Cardiologia, Clínica Geral, Dermatologia, Endocrinologia, Ginecologia e Obstetria, Neurologia, Ortopedia e Pediatria, a plataforma também serve para consultas por suspeita de infecção por coronavírus.
[Acesse a plataforma aqui](#)

Minas Gerais tem 1,98% da população imunizada com uma dose
Passado um mês desde o início da vacinação contra a Covid-19 em Minas Gerais, apenas 1,98% da população mineira recebeu a primeira dose do imunizante, segundo dados atualizados até esta quarta-feira (17). Fonte: G1

[Acesse o site da Amagis Saúde](http://www.amagissau.com.br)
www.amagissau.com.br

Primeira edição do Boletim Covid-19

DICAS AMAGIS SAÚDE

Teleconsulta da Amagis Saúde

Como faço para agendar a teleconsulta?

Para agendar uma consulta pelo teleatendimento, é preciso acessar o endereço eletrônico amagis.agendadumaconsulta.com.br. O sistema de marcação fica disponível 24 horas por dia.

É preciso apresentar documento de identificação?

É indispensável que o paciente apresente ao médico um documento de identidade oficial com foto e a carteira da Amagis Saúde.

As consultas são marcadas em quais horários?

De segunda a sexta-feira, entre 8h e 18h. Após o agen-

damento, o associado receberá um e-mail confirmando o dia e a hora da consulta.

Como faço para acessar a consulta?

Cinco minutos antes da consulta será enviado, por e-mail, um link ao paciente.

Quais os requisitos técnicos para a consulta?

Computador, tablet ou celular com recursos de câmera, áudio e microfone.

Em caso de dúvidas o usuário do plano deve enviar e-mail para teleconsulta@amagis.com.br.